

## RELATÓRIO DE VIAGEM

Evento: III Fórum Lusófono da Governação da Internet – Maputo, Moçambique

Período: 22/09/2025 a 23/09/2025

Participante: Rafael de Almeida Evangelista (representando o Comitê Gestor da Internet no Brasil)

### 1. Objetivo

Como integrante do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), participei da terceira edição do Fórum Lusófono da Governação da Internet (IGF-Lusofonia), realizada em Maputo, Moçambique. O encontro foi fruto da cooperação entre instituições como INTIC (Moçambique), LusNIC/.PT, ARME (Cabo Verde) e o próprio CGI.br e reuniu autoridades, técnicos, pesquisadores, empresários e membros da sociedade civil dos países e comunidades de língua portuguesa. Sou coordenador do GT-Lusofonia e meu objetivo foi contribuir para a consolidação da governança multissetorial da Internet na lusofonia, dialogar sobre inclusão digital, diversidade linguística, inteligência artificial, cibersegurança, identidade digital, economia digital e participação multissetorial, além de moderar um painel.

### 2. Participação em sessões

22 de setembro – Acesso, Inclusão e Diversidade

A jornada começou com a sessão de abertura, composta por representantes das autoridades de regulação e governança da Internet dos países lusófonos. Em meu pronunciamento, enfatizei o compromisso do CGI.br em fortalecer a cooperação entre os países de língua portuguesa e a necessidade de uma agenda comum para enfrentar desafios como exclusão digital, concentração de poder nas plataformas globais e impactos dos modelos de inteligência artificial generativa. A secretária de Estado de Moçambique, Nilza Miquidade, finalizou a abertura ressaltando a importância do diálogo lusófono para a soberania digital.

Painel 1 – Inclusão Digital nos Países Lusófonos. Este painel, moderado por Luisa Ribeiro Lopes (.PT), apresentou experiências de redes comunitárias, centros de inclusão digital e programas de conectividade rural, evidenciando que, embora haja avanços, persistem lacunas de infraestrutura e de formação. O debate deixou claro que a exclusão digital não é apenas técnica; está relacionada a desigualdades sociais e regionais. Destacou-se a necessidade de colaboração entre governos e iniciativas comunitárias para reduzir a exclusão de forma sustentável.

Painel 2 – Diversidade Linguística e Cultural na Internet. Fui o moderador desta sessão, que discutiu as oportunidades e barreiras para a língua portuguesa e suas variantes no ambiente digital. Gildo Macie (Moçambique), Gilvan Muller Oliveira (Brasil) e Zenaida Évora Tavares (Cabo Verde) abordaram questões relacionadas às variações linguísticas do português e modelos de processamento de linguagem natural adaptados à lusofonia. Levantei questões sobre o risco de invisibilização de línguas locais que não o português e a concentração de poder nas plataformas que dominam a infraestrutura de IA. Concluímos que é necessário investir em tecnologia linguística própria e promover políticas públicas que valorizem o pluricentrismo do português.

No Bloco 2 – Inteligência Artificial e Desenvolvimento Sustentável, assisti a dois painéis. O Painel 3 explorou como a IA apresenta um custo alto em termos ambientais. O Painel 4, dedicado à governança da IA no espaço lusófono, debateu a criação de um modelo ético, participativo e multilateral, com base em normas internacionais, respeito aos direitos humanos e cooperação entre os países. Ressaltou-se que a regulação e o multissetorialismo precisa ser adaptado às realidades sociais e culturais de cada país para garantir equidade e soberania digital.

O segundo dia concentrou-se em infraestruturas digitais seguras, identidade digital e economia digital. No Painel 5 – Segurança Cibernética, Proteção de Dados e Crimes Cibernéticos, representantes de órgãos de regulação (INFOSI, ARME, CNCS, INTIC) e do CGI.br compartilharam políticas e legislações em vigor. Embora vários países estejam avançando com leis de proteção de dados, apontou-se a necessidade de colaboração internacional para investigar crimes cibernéticos e ampliar a capacitação em cibersegurança. O Painel 6 – Identidade Digital e Interoperabilidade tratou da identidade digital como facilitadora do acesso a serviços públicos e privados. A diretora da UNU-EGOV, Delfina Soares, ressaltou que a interoperabilidade de sistemas de identidade é essencial para garantir serviços confiáveis sem comprometer a privacidade. Também se discutiu a disparidade entre países que já possuem identidades digitais consolidadas e aqueles em fase inicial de implementação, sinalizando a importância de padrões técnicos comuns e marcos regulatórios harmonizados.

Antes do Painel 7 houve uma apresentação do professor António Branco, do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (CIÊNCIAS Ulisboa). Ele lidera o projeto Evaristo.ai, uma plataforma de inteligência artificial concebida para a língua portuguesa. Esse projeto insere-se numa visão de “soberania digital” para a língua portuguesa, ao disponibilizar IA de código aberto, com acesso universal e sem dependência exclusiva de grandes fornecedoras internacionais. Já o Painel 7 – Economia Digital e Inovação, do Bloco 4, foi moderado por Andreia de Brito (.PT), reuniu representantes de governos e organizações da sociedade civil. Debateram-se políticas para apoio às economias locais por meio da inovação tecnológica. No Painel 8 – Participação Multissetorial na Governança da Internet, reforçou-se que a governança da Internet deve incluir governo, setor privado, academia, sociedade civil e comunidade técnica. Houve lembrança especial da necessidade de se garantir a voz de jovens e mulheres e em articular a agenda lusófona com processos globais, como o WSIS+20.

.

## Encerramento

Na Sessão de Encerramento integrei a mesa ao lado de representantes dos organizadores; destacamos os avanços obtidos e a importância de monitorar a implementação das recomendações. Foi lida a Carta de Maputo, documento que consolida princípios e compromissos para a cooperação digital lusófona. A Carta reforça a diversidade linguística como base de uma Internet multipolar, incentiva o desenvolvimento de tecnologias digitais em língua portuguesa e convoca os países lusófonos a mobilizar sociedade civil, academia, setor privado e governos para discutir regulação de plataformas, inteligência artificial, cibersegurança e privacidade. A carta agradece a organização do fórum e confirma a próxima edição em Angola, em 2026.

## 3. Resultados e encaminhamentos

O encontro de Maputo demonstrou que a cooperação lusófona na governança da Internet é possível e necessária. A partir das discussões e da Carta de Maputo, levo as seguintes constatações e propostas para o CGI.br:

Cooperação multissetorial contínua. A participação de diferentes setores permitiu identificar sinergias e complementaridades. É fundamental consolidar redes permanentes de colaboração, de modo a transformar as propostas em ações concretas e garantir a implementação das decisões do fórum.

Diversidade linguística como política de inovação. Os debates reforçaram a urgência de produzir conteúdos e tecnologias em português e em suas variantes regionais. O CGI.br pode contribuir apoiando projetos de modelos de linguagem e memória na web consoantes com a ideia de um português pluricêntrico

Governança de IA adaptada às realidades locais. Há consenso de que a regulação da internet deve ser ética, participativa e multissetoria, mas sem ignorar contextos culturais e socioeconômicos. O CGI.br deve liderar a discussão sobre parâmetros regionais alinhados aos direitos humanos e colaborar para que os países lusófonos troquem experiências e fortaleçam sua capacidade técnica.